

Por outro lado, essas mesmas comunidades, inclusive seus meninos e meninas, possuem um potencial que, uma vez articulado com os esforços de toda a cidade, é capaz de transformar a realidade, garantindo os mesmos direitos a cada criança e cada adolescente, onde quer que eles vivam.

O que são comunidades populares?

Elas também são chamadas de favelas, subúrbios, periferias, cortiços, assentamentos irregulares, palafitas ou conjuntos habitacionais. Em comum, as comunidades populares têm grande concentração populacional, infraestrutura precária, serviços públicos insuficientes ou de baixa qualidade, indicadores sociais comprometidos e imagem associada a estigma e violência. Por outro lado, possuem também cultura própria, energia, vitalidade e redes de solidariedade que, uma vez potencializadas, são capazes de gerar mudanças.

Onde a Plataforma acontece?

A primeira etapa de implantação da iniciativa acontece, desde 2008, em três municípios: Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba. No total, participam 126 comunidades populares que aderiram voluntariamente à iniciativa.

A experiência nesses municípios servirá de base para a expansão da Plataforma para outras cidades brasileiras nos próximos anos.



UNICEF/BRZ/Ratão Diniz

Iniciativa:



Parceiros:

A Plataforma dos Centros Urbanos é realizada em parceria com:

Parceiros Governamentais:



Aliados:



Parceiros:



Apoiadores:



Parceiros Técnicos:



Saiba mais sobre a Plataforma dos Centros Urbanos!

Acesse: www.unicef.org.br

Em São Paulo, entre em contato com Cieds:
(11) 3105.2229 ou plataforma.sp@cieds.org.br

No Rio de Janeiro, entre em contato com Cedaps:
(21) 3852.0080 ou plataforma@cedaps.org.br



UNICEF/BRZ/Lilo Clareto



UNICEF/BRZ/Luciana Serra

Juntos pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes nas cidades



UNICEF/BRZ/Bem TV



O que é a Plataforma dos Centros Urbanos?

A Plataforma dos Centros Urbanos é uma iniciativa nacional, coordenada pelo UNICEF, que articula diversos setores da sociedade com o objetivo de garantir os direitos de cada criança e cada adolescente, especialmente daqueles que vivem nas comunidades populares das grandes cidades brasileiras. A intenção é reduzir as disparidades sociais que caracterizam os territórios urbanos e afetam a vida da população, em especial seus meninos e meninas.

Nessa iniciativa, as comunidades são vistas como parte da solução. De forma conjunta com governos, organizações não-governamentais, empresas e formadores de opinião atuam para assegurar às crianças, aos adolescentes e a suas famílias o acesso a programas, projetos e serviços de educação, saúde, informação, profissionalização, esporte, lazer, cultura, participação e proteção.



UNICEF/BRZ/Leticia Serafim

Por que os Centros Urbanos?

Atualmente, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas. Neste contexto, as grandes cidades apresentam cenários de profunda iniquidade. Enquanto uma parte da população tem acesso a estruturas e serviços de qualidade, outras são afetadas pela insuficiência de saneamento, pavimentação, iluminação pública, áreas de lazer e limpeza urbana, bem como pela baixa qualidade de serviços essenciais, como segurança, educação e saúde.

Essa realidade tem impactos profundos sobre as crianças e os adolescentes que moram em comunidades populares e convivem permanentemente com situações de violação de seus direitos fundamentais.

Como a Plataforma acontece?

A Plataforma acontece em ciclos de quatro anos e tem quatro dimensões:

- **Comunitária** - Organizações das comunidades são convidadas a se organizar em Grupos Articuladores Locais e participar de um conjunto de atividades distribuídas ao longo de três anos. Eles avaliam a realidade, definem prioridades, planejam e implementam ações coordenadas, mobilizam a população local e outros atores da cidade para melhorar a vida de suas crianças e seus adolescentes. Para isso, recebem assessoria técnica permanente, orientação e apoio para dialogar com o poder público, potenciais parceiros e outras comunidades participantes da Plataforma.

- **Municipal** - Prefeitos assumem compromisso com o alcance de metas municipais voltadas à melhoria da vida de crianças e adolescentes. Governos municipais, organizações sociais, empresas, mídia e população em geral são convidados a se articular para reduzir as disparidades e garantir o avanço das metas. Um Comitê Municipal intersetorial monitora as metas da cidade, constrói soluções conjuntas com a Prefeitura e apoia os Grupos Articuladores Locais na melhoria das metas comunitárias.

- **Estadual** - Governos estaduais se comprometem a contribuir com as metas da Plataforma que estão sob sua responsabilidade, priorizando crianças e adolescentes das comunidades populares na definição de suas políticas e seus programas. Representantes do governo Estadual também participam do Comitê Municipal.



UNICEF/BRZ/Lilo Clareto

- **Nacional** - Governos, sociedade civil e empresas são provocados a formular políticas e programas capazes de gerar mudanças e qualificar as ações realizadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos centros urbanos de todo o País.

Quais as principais estratégias da Plataforma?

A Plataforma acontece por meio do desenvolvimento de estratégias complementares:

- **Mobilização social de governos**, organizações nacionais e internacionais, empresas, universidades, mídia, famílias e sociedade em geral, incluindo as próprias crianças e adolescentes, para que contribuam com a garantia dos direitos da infância e adolescência na sua cidade;

- **Articulação política** dos diferentes atores mobilizados, a fim de que trabalhem conjuntamente para promover políticas, programas e investimentos que reduzam as desigualdades e democratizem o acesso de crianças e adolescentes a serviços e oportunidades que protejam, respeitem e garantam os seus direitos;

- **Participação de crianças e adolescentes**, por meio do seu envolvimento direto na realização de ações de mobilização social, formulação e controle de políticas, programas e investimentos voltados à garantia de seus próprios direitos;

- **Desenvolvimento de capacidades** dos agentes que atuam na área da infância e adolescência, com o intuito de melhorar programas e serviços e responder aos desafios e necessidades de cada criança e adolescente;

- **Monitoramento e avaliação** permanente da situação de meninos e meninas, especialmente dos que vivem em comunidades populares, com base em metas e indicadores de impacto, gestão e participação social;

- **Reconhecimento das prefeituras** que alcançarem as metas municipais e das comunidades populares que realizarem as atividades previstas e avançarem nas metas locais que estão sob a sua responsabilidade.

Participe!

Todos podem contribuir com a Plataforma dos Centros Urbanos.

- **Se você atua no poder público**, por exemplo, pode contribuir priorizando crianças e adolescentes das comunidades populares na definição de políticas, programas e orçamentos para a cidade.

- **Comunicadores** têm a oportunidade de ajudar dando visibilidade às iniciativas desenvolvidas pela garantia dos direitos de meninos e meninas nas comunidades populares e nas cidades, chamando atenção para os problemas enfrentados por essa faixa etária, cedendo espaço para a divulgação de campanhas e dando voz às crianças e aos adolescentes das comunidades populares.

- **Investidores privados** podem se tornar parceiros da iniciativa, contribuindo com recursos técnicos, financeiros e políticos ou disponibilizando outros apoios e oportunidades diretamente para as comunidades que participam da Plataforma. Programas e projetos já desenvolvidos em outras áreas também podem ser direcionados para essas localidades.

- **Universidades** e organizações não-governamentais oferecem atividades de formação às pessoas e organizações responsáveis pela garantia dos direitos da infância e adolescência nas comunidades.

- **Cada cidadã ou cidadão** também é responsável pelos cuidados com as crianças e os adolescentes. Por isso, todos estão convidados a participar, atuando como voluntários em iniciativas e organizações das comunidades, fazendo doações, participando de eventos públicos para chamar atenção sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, aderindo a campanhas, fazendo denúncias sobre a violação de seus direitos, ajudando a divulgar a Plataforma dos Centros Urbanos, entre outras contribuições importantes.

Metas

Neste primeiro ciclo, a Plataforma monitora a evolução de 20 metas municipais e 30 metas comunitárias nas áreas de educação, saúde, assistência social, proteção, participação, cultura, esporte, lazer, valorização da diversidade e infraestrutura urbana. Essas metas, pactuadas com diferentes atores sociais urbanos, são geradoras de políticas, programas e ações que contribuem para reduzir as disparidades nos centros urbanos.

Para conhecer as metas, acesse www.unicef.org.br



UNICEF/BRZ/Bem TV

